

PCP Presta Contas Aos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado

Avançámos tudo o que foi possível avançar

Os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado **sofreram uma brutal ofensiva no período entre 2009 e 2015**, fruto primeiro dos três PEC do Governo PS e depois da implementação do acordo entre as troikas (PS/PSD/CDS e FMI/BCE/UE) e da sua execução pelo Governo PSD/CDS.

Travaram nesses anos uma extraordinária luta de resistência, que fez cair algumas das peças da ofensiva (por exemplo, o roubo do subsídio de Natal) e viria a ser decisiva quer para a derrota da coligação PSD/CDS nas eleições de Outubro 2015, quer para mudar a política que viria a ser executada posteriormente.

Por iniciativa do PCP, foi possível derrotar o golpe que PSD/CDS preparavam - com o apoio do então Presidente da República - e criar as condições para que tomasse posse um governo do PS, minoritário, na sequência da assinatura com o PCP, e depois com o BE e os Verdes, de uma «Posição Conjunta» sobre a situação política.

Desde o início desse Governo que o PCP não alimentou ilusões **sobre os seus limites**, por isso nunca ouviram um dirigente do PCP falar em «governo de esquerda». Seria sempre um Governo do PS, um dos partidos da troika, um dos partidos do processo de reconstrução do capitalismo monopolista em Portugal, um dos partidos da submissão ao processo de integração e centralização capitalista na UE. Sendo esse facto um limite às expectativas que tal governo poderia gerar, a verdade é que **ele agiria igualmente limitado pela correlação de forças** que o gerou e lhe permitiria sobreviver.

Nesse quadro, avaliámos que esta iniciativa do PCP permitiria, desde logo, **congelar algumas das medidas mais graves que estavam a ser preparadas** (como as privatizações da CGD, da IP e da Segurança Social), e **ainda reverter algumas das medidas mais gravosas** impostas pela troika, nomeadamente contra o Sector Empresarial do Estado e seus trabalhadores, e, dependendo da luta, seria ainda possível **alcançar alguns avanços**.

A vida demonstrou que tínhamos razão. Nomeadamente no que respeita ao SEE e aos seus trabalhadores, a quem se dirige este presta-contas.

Foi possível, por proposta e iniciativa do PCP:

- Acabar com o roubo dos **complementos de reforma** nos trabalhadores do SEE;

- Devolver o **direito** de acesso gratuito **ao transporte** aos trabalhadores das empresas de transporte;

- **Acabar com a fusão** das empresas Metro, Carris, Transtejo e Soflusa;

- **Reverter o processo de privatização** da exploração do Metropolitano de Lisboa, da Carris, dos STCP, e cancelar o processo de privatização da Transtejo e da Soflusa;

- **Reverter** (ainda que apenas parcialmente), **a privatização da TAP**, apesar da proposta do PCP ser a reversão total, até face à ilegalidade do processo.

- Reverter o processo de **caducidade da contratação colectiva** onde estava encetado, e **repor o primado da contratação colectiva** no Orçamento de Estado para 2016, apesar da devolução de direitos, de rendimentos e da contagem integral do tempo ter decorrido de forma faseada nos 2 anos seguintes, por imposição do PS;

- Reverter o **roubo dos 4 feriados**;

- **Reduzir o peso fiscal sobre os trabalhadores e reformados**, apesar de não se ter ainda regressado a valores próximos dos praticados antes do saque fiscal das troikas;

- **Aumentar significativamente o salário mínimo**, de 505 para 600 euros, apesar das propostas mais avançadas do PCP terem sido sempre sistematicamente recusadas.

O PCP **propôs que outras reversões fossem concretizadas, mas que mereceram a oposição do PS**, que nessas questões preferiu aliar-se ao PSD/CDS:

- Propusemos a renacionalização dos CTT, que foi sempre rejeitada por PS/PSD/CDS;

- Propusemos que a privatização da CP Carga fosse travada, mas essa ideia foi rejeitada por PS/PSD/CDS;

- Propusemos que a fusão da REFER e da EP fosse revertida, mas PS/PSD/CDS impediram-no;

- Propusemos que a privatização da ANA fosse revertida, mas PS/PSD/CDS travaram essas iniciativas;

Foi ainda possível alcançar alguns outros avanços, e alguns deles importantes, como o do passe social, onde, por iniciativa do PCP, foi possível avançar com o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana de Lisboa, com redução tarifária, e, através do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) foi possível alargar esse processo a todo o país, trazendo uma significativa redução de custos e um muito significativo aumento da mobilidade a milhares de famílias trabalhadoras.

Tentámos ir mais longe, mas não foi possível!

Em demasiadas matérias, **os compromissos do PS com o grande capital e com as orientações da União Europeia impediram** que se resolvessem problemas estratégicos ou até levaram ao agravamento de outros.

O exemplo mais flagrante é o da **(não) contratação de trabalhadores nas empresas públicas**. O Governo impediu sistematicamente a entrada de trabalhadores, levando as empresas a funcionar abaixo das necessidades operacionais, com brutais consequências para a operação. Esta política, além de ter degradado serviços públicos essenciais, contribuiu para a promoção da subcontratação, degradando a resposta operacional e a qualidade do emprego gerado pelo SEE.

Outro exemplo foi o do **(não) investimento público**, onde as sucessivas conferências de imprensa, os sucessivos anúncios e os sucessivos programas trataram de disfarçar a escassez do investimento público. Um exemplo flagrante passou-se nos transportes públicos, onde a falta de atempado investimento na infraestrutura, nos equipamentos e no material circulante lançou o sector num caos operacional. Poder-se-ia argumentar que esta opção derivaria da falta de recursos, mas a realidade é que o que faltou no investimento público continuou a sobrar nos milhares de milhões enviados para os banqueiros, para as isenções fiscais e para pagar a agiotagem das swaps, dos empréstimos sem caução, da especulação em geral.

Na **generalidade das questões laborais**, com raras e honrosas excepções, **imperou na Assembleia da República a velha aliança entre PS/PSD/CDS ao serviço do patronato e da exploração**. Foi assim com a lei do trabalho portuário, que PS/PSD/CDS recusaram rever, foi assim com a proposta de integrar todos os trabalhadores da EPAL no AE, recusada por PS/PSD/CDS, foi assim com a idade da reforma dos motoristas, que PS/PSD/CDS fixaram nos quase 67 anos, foi assim com o regime de trabalho por turnos e nocturno, que PS/PSD/CDS chumbaram, foi assim com o código de trabalho, onde PS/PSD/CDS agravaram o regime de precariedade, aumentando o período experimental, legalizando a precariedade à percentagem, facilitando o contrato de muito curta duração e a fraude.

Cumprimos!

**Mas há uma ruptura que falta fazer,
pela qual vale a pena continuar a lutar
e para a qual é essencial dar mais força à CDU!**

Durante mais 4 anos **lutámos em defesa do Sector Empresarial do Estado**, e para que este possa desempenhar o papel estratégico que deve desempenhar na nossa economia.

Durante mais 4 anos **lutámos em defesa dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado**, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Durante mais 4 anos **lutámos em defesa de serviços públicos** de qualidade e tendencialmente gratuitos e universais..

Valorizamos os avanços conquistados, mas é preciso ir mais longe.

É preciso romper com os processos de liberalização da economia e de mercantilização da vida, e essa ruptura não está feita.

É preciso uma política de valorização dos salários, de valorização do trabalho e dos trabalhadores, verdadeira questão nuclear para uma vida melhor.

É preciso coragem e vontade de enfrentar o grande capital monopolista e os seus interesses, e antes apostar no desenvolvimento do aparelho produtivo nacional e do SEE.

É preciso acabar com o inferno bur(r)ocrático que impede o saudável funcionamento das empresas públicas, e construir um regime de verdadeira transparência na gestão, valorizando o controlo de gestão pelos próprios trabalhadores.

É preciso que aos trabalhadores seja garantido uma maior percentagem da riqueza produzida.

É **preciso andar para a frente**, e são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres.

O voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro é aquele que melhor contribui para **consolidar os avanços conseguidos** e que simultaneamente contribui para que **se ande para a frente e não para trás**.

Sector dos Transportes da ORL Lisboa do PCP
29 Agosto 2019